

Seminário Repensar a Cidadania a partir da Experiência Artística

Políticas para a Educação Artística e Cidadania Activa: que perspectivas?

Convida-me o Teatrão a estar presente na sessão de abertura do Seminário "Repensar a cidadania a partir da experiência artística" e pede-me para falar de políticas para a educação artística e cidadania activa.

Tal pedido enquadra-se no projecto "Bando à parte: culturas juvenis, arte e inserção social", dirigido a jovens entre os 14 e os 18 anos, tendo no teatro, música e dança os referenciais artísticos para um projecto educativo não formal.

O desenvolvimento de um projecto com a duração de dois anos neste domínio, na cidade de Coimbra, é para mim motivo de grande entusiasmo. Há muitos anos que trabalho esta matéria e tenho a consciência de que é impossível inculcar uma "cultura de premência" sobre a importância de uma intervenção sistemática e profunda sem um trabalho local.

Para a comunicação de hoje, e por considerar que há certas convicções e referências que permanecem, convoquei palavras de alguns textos que já escrevi nesta matéria. Assim, perdoem-me os que, eventualmente, já ouviram alguma das referências que aqui faço.

As Artes, enquanto manifestação humana, correspondem a um "ir sendo/ser/devir", mais que a um instante. Quero dizer,

desde o momento interior e privado da emoção/ ideia que orienta um processo criativo, desde o contexto onde esse processo se inicia (e note-se que esse início não é um instante é um espaço/tempo), até à construção do objecto artístico (seja uma composição musical, uma pintura, uma escultura, uma instalação, uma fotografia digital, uma criação sem nome), à sua comunicação, ao seu reconhecimento enquanto objecto artístico, à sua apreensão e interpretação por um sujeito ou grupo de sujeitos, é uma realidade múltipla, correspondendo ao que chamaria um *holismo em movimento*.

O estatuto social da arte mudou muito ao longo da História e muito mudou também o conceito de Arte. A transformação no século XX foi tão forte a Arte deixou de necessitar de uma legitimação académica e de um discurso sustentado em referências culturais socialmente aceites para se afirmar como exercício de liberdade e classificação individual, promovendo o artista ao estatuto de, se quisermos, "criador absoluto", *dono do seu universo*. Uma transformação entusiasmante e arriscada, onde se tornou difícil a categorização, a valoração, a interpretação. Um risco tornado desafio e precursor da contemporânea necessidade de transformar os modelos educativos para um mundo novo, onde o exercício da percepção exige a cada um o poder de categorizar, valorizar, interpretar.

A arte é criação, a arte é manifestação, a arte é expressão.

A arte tem autor (se acreditarmos na figura da autoria), tem recepção (usando a dinâmica processual de Adorno).

Qual a importância da actividade artística na vida de crianças, adolescentes e jovens, individual e socialmente consideradas?

Vivemos numa sociedade dominada pelo exercício estético. Um exercício que ultrapassando a dicotomia platónica Belo/Feio e mais próxima da conceptualização crociana de “expressão conseguida”, procura que no quotidiano, tudo e cada coisa corresponda a “expressões conseguidas”. Existe vontade de aplicação estética no modo de vestir, de andar, de comer, na organização do espaço privado, do espaço público, nas trocas comerciais, nos processos de comunicação. A “esteticização” é um processo contemporâneo da globalização, da integração das economias, das comunidades multiculturais. A Estética passou hoje, a uma forma de Poder, a uma forma de leitura do Poder (como diz Rancière).

As Artes, que não devem confundir-se com a Estética, que, como dispositivo disciplinar, procurará interpretar, compreender, teorizar, questionar as Artes, correspondem, ou podem corresponder, a processos decisivos de sofisticação pessoal e social.

Defendi e defendo que os processos artísticos são elemento nuclear da educação.

A sua presença não deve estar só na escola. Também em casa, nos tempos livres. Mas de que presença falo? Trata-se de uma presença propositiva. Quero dizer, das artes como proposta de composição do humano.

Esta proposta visa promover o alargamento da paleta das emoções, a compreensão do vínculo entre pensar e sentir, a capacitação das competências criativas, a utilização dos recursos de memória para a construção do novo, a interpretação do Eu, do Outro, dos contextos com o poder de refinamento do Real e de densificação do Sonho.

Esta proposição não significa o uso das artes como mais uma simples “muleta pedagógica”. Quero dizer: as Artes têm estatuto autónomo na relação com as pedagogias. Mesmo quando usadas, desde a primeira infância, como agente catalisador de competências, deve perceber-se que elas não são só um meio de expressão das crianças, uma forma de ocupação do seu tempo, um mecanismo de animação pacificador e positivo.

Não. As Artes obedecem a processos próprios, de acordo com o campo artístico que estiver em causa. Esses processos, de percepção de métodos, de dinâmicas criativas, de formulações materiais, de apresentação, têm autonomia e, mesmo nas actividades pedagógicas, devem defender essa autonomia, no método, no campo conceptual, na linguagem, no reconhecimento.

É este refinamento que permitirá que as competências adquiridas pela presença das artes junto dos alunos sejam como as pedras nos charcos – criando ondas que se alargam a outras ondas (como nos ensina Emanuel Levinas). Os processos artísticos defendidos na sua autonomia de desenvolvimento, propiciam impactos significativos no crescimento intelectual e emocional, tanto de indivíduos como de grupos.

A interpretação desses impactos, a sua validação pedagógica, a sua articulação com projectos de desenvolvimento pessoal e social, são outras questões.

Finalmente, não significa este texto que o trabalho artístico em contexto de formação seja no sentido de “fazer artistas” . Significa, isso sim, que há que reconhecer uma dimensão, uma metodologia autónoma, para a actividade artística no contexto de

projectos educativos e que muito ainda há para fazer na sua compreensão e validação. Os projectos artísticos em contexto educativo não devem ser considerados uma mera ferramenta de ocupação ou expressão, mas um elemento poderoso de construção numa sociedade que precisa de pessoas livres, críticas e criativas.

Deixem-me agora lembrar um pouco da história recente do propósito de avançar, em Portugal, com a “Educação Artística”.

João de Barros (1881/1960) desencadeou, no âmbito da 1ª República, uma campanha pela Educação Artística: "Não há sociedade democrática que possa viver, progredindo, sem o culto da arte" afirmava, sendo secundado por outros, como Aurélio da Costa Ferreira, que em 1916 publicava um texto sobre "Arte na Escola" (de encontro com os conceitos dos jardins-escolas João de Deus, fundados em 1911), ou ainda, Cardoso Júnior ou Leonardo Coimbra que dizia: "A primeira educação deve ser artística".

O regime ditatorial instaurado na sequência do 28 de Maio de 1926 não propiciaria o desenvolvimento curricular destas matérias.

Todavia, no dizer de Arquimedes Silva Santos, (ele próprio uma referência incontornável neste domínio), nos anos cinquenta aparecem novas dinâmicas, nomeadamente, estimuladas pela criação da Associação Internacional de Educação pela Arte, sendo de referir o trabalho desenvolvido por Calvet de Magalhães, Alice Gomes, entre outros.

Em 1957, realizam-se em Lisboa e no Porto uma série de conferências, de onde sai a edição da comunicação de Rui Grácio - "Educação Estética e Ensino Escolar", prefaciada por Delfim Santos.

Em 1971, por iniciativa de Madalena Perdigão, promove-se na Fundação Gulbenkian um "Colóquio sobre o projecto de reforma do

ensino artístico", na sequência do qual resulta a reforma do Conservatório Nacional.

O 25 de Abril de 1974 abriu, como seria de esperar, condições para uma renovação do pensamento e da acção nesta área, ocorrendo em 1978 a criação, no Ministério da Educação, do Gabinete Coordenador do Ensino Artístico, que sob a direcção de Madalena Perdigão apresentou em 1979 um Plano Nacional de Educação Artística, não adoptado.

Mas até à reforma do ensino artístico, que foi consubstanciada no decreto-lei nº 310/83 (de que resultou a criação das escolas superiores artísticas, integradas no ensino superior politécnico), a legislação que regulamentava o Ensino Artístico remontava à década de 30.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, consagrou a importância das Artes na Educação. Na sua sequência, em 1987, nasceu o projecto "Escola Cultural", que em 1989 é substituído pelo projecto "A Cultura começa na Escola", principalmente com manifestações na área da música e cinema, entretanto desaparecido.

Em 1990 é aprovado o diploma quadro do Ensino Artístico, em vigor, o Decreto-Lei 344/90, que bebe na experiência anterior, destacando-se o já referido Plano Nacional de Educação Artística de 1978. Na sequência deste diploma de 1990, o Despacho nº 141/ME/90 promove os já existentes clubes de escola e estimula a criação de novos clubes no 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, estimulando este modelo de actividade a título de complemento curricular .

Em 1991, o GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional do Ministério da Educação, hoje desarticulado, realiza, na Maia, o colóquio "Educação Artística Especializada - Preparar as Mudanças Qualitativas", onde procura promover os decretos regulamentadores para as diversas áreas artísticas na sequência do

diploma quadro de 1990 já citado. Os diversos decretos em causa nunca passariam da fase de proposta.

Em 1992, o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Juventude e o Clube Português de Artes e Ideias lançam o programa PAIDEIA - Arte nas Escolas, que abrangeu até 1997, 180 escolas secundárias e 150 000 estudantes do ensino secundário em acções de promoção das artes, sendo a primeira itinerância de um programa nacional de actividades artísticas contemporâneas no sistema de ensino público.

Na década de 90, multiplicaram-se os projectos locais de actividades artísticas ligadas a escolas, seja na continuação de acções com alguma longevidade, seja na utilização da chamada "Área Escola", depois "Área de Projecto" ou outros mecanismos similares anteriores, seja através de parcerias entre organizações culturais e escolas. São exemplo o projecto MU-SE, Escolas Verney, entre muitos outros.

Em Maio de 1996, foi nomeada uma Comissão Conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura para estudar a situação do Ensino Artístico e avançar com propostas globais de reforma, coordenada por Maria Emília Brederode dos Santos. A Comissão em causa apresentou o seu relatório em 1997, e ainda nesse ano foi nomeado um Grupo de Contacto Permanente entre os dois ministérios, coordenado por Augusto Santos Silva, do qual resultou a publicação " A Educação Artística e a promoção das Artes, na perspectiva das políticas públicas", no ano 2000. Em Dezembro de 2003 foi criado o Grupo interministerial Educação-Cultura, que teve a honra de coordenar e que apresentou o seu relatório em Abril de 2004, com uma série de propostas concretas.

Em 2005, surge o Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da Cultura, acção conjunta do Ministério da Educação e do

Ministério da Cultura que não teve consequências práticas significativas.

Ao mesmo tempo, saía o núcleo de ensino artístico da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular para a Direcção Geral de Formação Vocacional uma alteração não meramente administrativa e pouco notada apesar da sua importância, tornando, eventualmente, a matéria das artes no quadro do 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário mais um assunto de formação vocacional do que de formação básica.

No entretanto, diversas iniciativas públicas neste domínio foram desenvolvidas, de que são exemplo o projecto “ A minha escola adopta um museu”, “e-EPoca- educação e património”, o projecto “Escritores nas escolas”, o programa “Juventude/Cinema/Escola”.

Em 2006, Lisboa recebia a 1ª Conferência Mundial do Ensino Artístico, promovida pela UNESCO.

Em 2007, uma equipa coordenada por Domingos Fernandes apresenta um estudo de avaliação do ensino artístico.

Em 2008, o Porto recebia a 1ª Conferência Nacional do Ensino Artístico, promovida pelo Ministério da Educação.

Em 2009, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Juventude apresentam o projecto Passaporte Cultural.

Devo dizer que este corropio de projectos, decisões políticas, estudos e actividades, podiam ter maior articulação, coerência e efeito real.

Somos, infelizmente, muito amigos da instabilidade, da vertigem da mudança, da “não inscrição” de que nos fala José Gil.

Esta enorme dificuldade de reconhecer os outros, o outro, de inscrever no tempo e no espaço, na memória e no conhecimento activo, o que outros fizeram de bom e que nos pode ajudar a ser e fazer melhor é uma das principais razões das nossas dificuldades presentes como Nação, como sociedade.

Mas continuamos a teimar em ser assim, pobres e pouco honestos. Quando digo pouco honestos, não estou a falar, necessariamente, do ladrão de fruta ou do branqueador de capitais. Estou a falar de todos nós que temos dificuldade de contar com tudo o que já se fez para fazer melhor.

De facto, é muito pouco honesto fazer de conta que a realidade começa connosco. E muito pequenino.

Referi uma linha histórica que é meramente indicativa. Seria injusto reduzir a riqueza e multiplicidade do que neste campo aconteceu nos últimos cem anos a estas poucas referencias. Mas por elas podemos perceber que não estamos no vazio.

Como não estamos quando nos lembramos do bom trabalho feito pela área pedagógica da Fundação Gulbenkian, da Fundação de Serralves, do Centro Cultural de Belém e mais recentemente, da Casa da Música. Mas também de várias estruturas de menor dimensão tanto nas artes performativas como nas artes visuais em diversos pontos do País.

Não estamos, pois, no vazio.

Mas precisamos de estabilizar, de assumir com clareza a importância deste domínio.

Já não vou ter tempo de discorrer sobre as diferenças entre uma intervenção educativa formal e não formal.

Mas não tenho dúvidas de que a presença das artes dos processos educativos é decisiva para o que chamaria o perfil desejável dos cidadãos.

E que a conexão do trabalho artístico com meios socialmente desfavorecidos é essencial, apesar de implicar uma preparação consistente das intervenções, para se evitar cair no simplismo e na moda (e desculpem-me a crueza) do “que bonito que é ajudarmos os pobres”.

Para concluir: temos de ser mais consistentes e sistemáticos na acção política neste domínio. O trabalho a nível local é imprescindível. A referenciação das boas práticas deve ser estimulada. E a avaliação do impacto deste tipo de acção parametrizada.

Desejo-vos o maior sucesso.

Jorge Barreto Xavier

Coimbra, 14.05.10